

**Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 29/2017/COAPP/SAS**  
Documento nº 00000.084026/2017-59

Em 15 de dezembro de 2017.

<b>Assunto:</b> 6ª Oficina de acompanhamento do contrato Progestão entre a APAC-PE e a ANA.	
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.002820/2013	
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência	
<b>Local:</b> Sede da APAC	<b>Cidade:</b> Recife-PE
<b>Data:</b> 29/11/2017	
<b>Instituições participantes:</b> APAC e ANA	

## Relato

1. Dando continuidade ao acompanhamento do cumprimento das metas do Progestão, foi realizada a 6ª oficina no estado de Pernambuco, em 29 de novembro. Na oportunidade houve ampla discussão sobre as metas de cooperação federativa e as metas estaduais, aprovadas pelo CRH/PE, de acordo com a tipologia de gestão adotada pelo estado (C). Destacam-se as seguintes atividades:

- O esclarecimento de dúvidas acerca das metas estaduais e de cooperação federativa em 2017, com base nos Informes Progestão nºs 02, 05 e 06;
- A atualização sobre as estratégias e ações em desenvolvimento para cumprimento das metas, identificando os responsáveis e os prazos; e
- Os esclarecimentos sobre o novo ciclo do Progestão, cuja adesão poderá ser realizada no próximo ano.

2. No tocante ao cumprimento das metas, verificaram-se: i) a situação atual, ii) a situação almejada; iii) a existência ou não de desafio; iv) os responsáveis; v) a fonte de recursos; e vi) as estratégias para cumprimento.

3. Em relação especificamente às **metas de cooperação federativa**, vale destacar:

- Meta 1.1 Integração das bases cadastrais: a APAC compartilha as informações dos usuários por meio do CNARH40 e dispõe de banco de dados de outorga com menos informações do que aquelas exigidas pelo CNARH, de modo que está consultando os processos para preencher os dados exigidos na meta. Relatou a perspectiva de carregar todos os dados para o CNARH até 10 de dezembro e, assim, ter todo o passivo de outorgas dos anos anteriores solucionado neste ano;

- Meta 1.2 Águas subterrâneas: a planilha com os dados das outorgas de poços até setembro de 2017 está concluída e a complementação será realizada em dezembro. Os dados dos 860 poços estão sendo preenchidos, mas faltam dados exigidos de alguns poços. A ANA recomendou justificar a ausência destes dados e, caso sejam identificados usuários com outorgas vigentes, que sejam somados aos 860 poços já previstos como meta;

- Meta 1.3 Conjuntura: os dados solicitados foram enviados no prazo e as revisões demandadas pela ANA, segundo informado, foram devidamente atendidas;

- Meta 1.4 Prevenção de eventos críticos: a emissão de boletins está sendo realizada regularmente. Foram relatados problemas de sinal com a operadora de celular no

período de janeiro a março que afetaram o desempenho na transmissão de dados. Foi reportado que existem 3 estações em Pernambuco cuja operação é feita por Alagoas, e outras 4 estações em que acontece o contrário. A ANA informou que não repassou os chips de celular, porque está sem estoque no momento. APAC relatou que o CEMADEN vai instalar novas estações no estado. Foi registrado que, oportunamente, será realizada videoconferência entre APAC e ANA para definição da nova rede de alerta nacional, que será operada pela Agência; e

- Meta 1.5 Segurança de barragens: o universo de barragens no estado é de 442, mas a grande maioria não dispõe de informações, dificultando enquadrá-las na lei. As barragens foram classificadas quanto ao dano potencial e ao risco, no limite das informações disponíveis. Foi informado sobre a criação de processo de regularização das barragens, sendo os empreendedores devidamente notificados. Do universo, 21 barragens estão outorgadas. A emissão da outorga de regularização para as barragens existentes, contudo, ainda não foi feita. A ANA ressaltou a importância de apresentar essa informação no relatório anual. A APAC registrou a dificuldade de identificar o empreendedor das barragens, exemplificando o caso da CODEVASF que construiu, mas afirma ter repassado a propriedade aos municípios, sem, contudo, dispor de documentos comprobatórios desse ato. Acrescentou que a APAC fará nova regulamentação dos artigos 8º, 9º e 10º da Política Nacional de Segurança de Barragens no âmbito do estado até dezembro.

4. As informações detalhadas referentes às **metas estaduais** estão consolidadas em planilha anexa.

5. Em relação ao segundo ciclo do Progestão, a ANA apresentou uma visão geral do programa e buscou esclarecer as dúvidas dos presentes. Informou que haverá evento, em março ou abril do próximo ano, para nivelamento sobre este ciclo. Na ocasião, será possível participar com dois representantes do órgão gestor e a ANA custeará as despesas da terceira pessoa, que deverá ser um representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

6. A APAC informou que aguarda a autorização da ANA para utilizar os veículos novos. A ANA relatou que o seguro dos veículos está sendo providenciado para que venham a ser liberados.

7. Por fim, apresentam-se a planilha atualizada em relação à consecução das metas e a lista de presença da reunião em anexo.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY  
Gestor Substituto do Contrato nº 064/2013  
Portaria nº 150, de 31 de março de 2016

Ciente. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Para anexar ao processo.

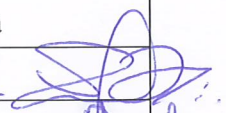
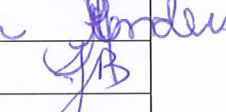
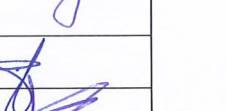
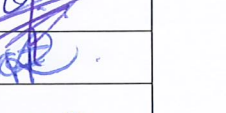
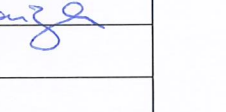
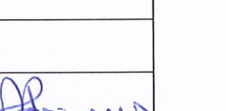
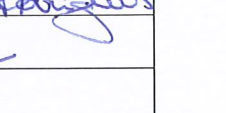
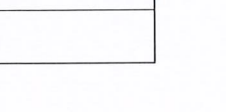

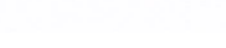
(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

## Reunião de Acompanhamento do Progestão no Estado de Pernambuco

### Lista de Presença

Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC)

Recife, 29 de novembro de 2017

Nome	Telefone	E-mail	Assinatura
Ricardo Neto Jacente	3183 1020	Ricardo.Jacente@APAC.PE.GOV.BR	
Lígia Mendes J. Polvas	3183-1063	ligia.mendes@apac.pe.gov.br	
Juliana Batista	3183-1045	juliana.batista@apac.pe.gov.br	
Patrícia Holanda da Silva Oliveira	3183-1059	patricia.oliveira@apac.pe.gov.br	
GUSTAVO HENRIQUE F. G. DE ABREU	3183-1007	gustavo.abreu@apac.pe.gov.br	
ALEXANDRE LIND DINIZ DE OLIVEIRA	3183-1010	ALEXANDRE.DINIZ@APAC.PE.GOV.BR	
Cyshanne Rosal	3183 1008	cyshanne.rosal@apac.pe.gov.br	
MATEUS SOUZA C. DE ALBUQUERQUE	3183-1020	mateus.souza@apac.pe.gov.br	
Patrícia Veras F. Lima	3183.1045	PatriciaVeras.apac@ gmail.com	Patrícia
Julio Cesar Batista de Souza	3183 1022/1023	julio.batista@apac.pe.gov.br	
MARIA HELENA PEREIRA	3183-1032/1031	mihelene@apac.pe.gov.br	
Ludmila A. Rodrigues	61 2109. 5326	ludmila.rodrigues@ana.gov.br	
M <sup>a</sup> Lígia Costa Lima	31831024	malul@apac.pe.gov.br	

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE Entidade Estadual: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/PE	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Acompanhamento da meta em 2016	Acompanhamento da meta em 2017	Prazo de execução
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalia e Maurício Pontes/SFI	Clenio	Foram enviados com sucesso 177 usuários de águas superficiais e 2.200 de águas subterrâneas, que atendem o percentual proposto pela ANA. Foram inseridos 564 usuários no ano de 2015 (100% do usuários regularizados). A falha do CNARH 40 não considerar os pedidos de renovação como regularização, ocorrido em 2014 e responsável por perda de percentual da meta, foi resolvida.	Dar continuidade ao cadastramento. Após contestação, o estado foi certificado em 100% nesta meta em 2016 pois compartilhou 80,2% dos usuários regularizados até 2015 e a totalidade dos usuários de 2017 (578).	APAC está consultando os processos de outorga para preenchimento dos dados exigidos pelo CNARH. A perspectiva é de inserir as outorgas deste ano e concluir a inserção de todo o passivo de anos anteriores.	31/01/2018
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SAS/SNIRH	Leticia e Márcia/SIP	Clenio/ Matheus	O Estado não consegue rastrear os usuários de águas subterrâneas cadastrados no SIAGAS, pois o número de processo utilizado pelo sistema não coincide com o número de processo adotado pela APAC. Meta atingida em 2015. Foram cadastrados 779 usuários.	Há necessidade de contratação de pessoal (estagiários) para reforçar o cumprimento da meta. Um total de 1228 poços com dados compartilhados no CNARH por meio do nº Siagas foram validados pela Cosub em 2016 e, dessa forma, o estado foi certificado em 100%.	De acordo com o Informe nº 06/2017, em 2017 deverão ser inseridos no CNARH todos os dados de poços regularizados neste ano, bem como de 860 poços regularizados até 2016. Os dados de outorgas até setembro estão concluídos e a complementação será realizada em dezembro. Os dados dos 860 poços estão sendo preenchidos, mas faltam informações de alguns. A ANA recomendou justificar a ausência destes dados e, caso sejam identificados usuários com outorgas vigentes, que sejam somados aos 860 poços já previstos como meta.	31/01/2018
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	Marcelo Possas	Informações solicitadas pelo Conjuntura foram encaminhadas. Há convênio entre a APAC e a CRPH, para análise de qualidade da água, financiado pelo valor do Progestão.	Previsto assinatura do QUALIÁGUA pelo Governador em abril. A APAC tem a intenção de assinar o Contrato e implementar o programa ainda no primeiro semestre de 2016.	Dados do Conjuntura foram enviados e as solicitações realizadas pela ANA, atendidas. O contrato do Qualiagua foi assinado em março.	Até 31 de outubro de cada ano.
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Sala de Situação e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Alessandra Couri e Vinícius/SOE e Fabrício/SGH	Aparecida/ Lígia	Foram cumpridas as metas referente ao manual da sala de situação. Também foi cumprida a meta referente à situação da rede de alerta de cheias de Pernambuco.	Há necessidade de troca de local de algumas PCDs da rede de alerta: Catendé, José Mariano e Engenho Bento. Lígia (GRMF/APAC) irá enviar relatório com a solicitação de mudança para a ANA.	Em 2017, o estado apresenta média anual de transmissão de dados de 82,1%, com valores abaixo da média nos meses de jan/fev/mar, devido a problemas relacionados à operadora de telefonia. As estações não foram realocadas como previsto. Oportunamente será realizada videoconferência para definir a rede nacional de alerta. O CEMADEN vai instalar novas estações no estado. Os boletins estão sendo regularmente emitidos.	31/03/2018

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE Entidade Estadual: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/PE	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Acompanhamento da meta em 2016	Acompanhamento da meta em 2017	Prazo de execução
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Clenio	O estado possui 361 barragens em rios de domínio estadual, dos quais 189 encontra-se edificadas, 7 em fase de construção, 12 em fase de projeto ou planejamento e 153 não há informação sobre a sua situação. 98 barragem com volume de acumulação maior ou igual a 3.000.000 metros cúbicos ou com altura superior a 15 metros. Cerca de 80 barragens foram classificadas em relação ao DPA e CRI. Identificada dificuldade de articulação com a COMPESA, a qual possui inúmeras barragens de abastecimento, para obtenção de dados sobre estes empreendimentos.	Necessidade de articulação entre a APAC e COMPESA visando à obtenção de dados para o cadastro e Relatório de Segurança de Barragens.	O universo de barragens no estado é de 442, mas a grande maioria não dispõe de informações. As barragens foram classificadas quanto ao dano e risco no limite das informações disponíveis. Foi informada a criação de processo de regularização das barragens, sendo os empreendedores devidamente notificados. Foi registrada a dificuldade de identificar os empreendedores das barragens. Do universo, 21 barragens estão outorgadas. A emissão da outorga de regularização para as barragens existentes, contudo, ainda não foi feita. A nova regulamentação dos artigos 8º, 9º e 10º da Política Nacional de Segurança de Barragens será realizada até dezembro.	31/03/2018

OBS: O estado obteve nota final de certificação igual a 99,9% em 2016, fazendo jus ao repasse de R\$ 749.250,00



Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE ENTIDADE ESTADUAL: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017 14 variáveis de atendimento obrigatório

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Peso (%)	Nível mínimo para C	Nível	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação para 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	50	4	4	4	4	NÃO	Há déficit de pessoal. Existem atualmente 71 concursados de um quadro de cerca de 100 servidores. Há tendência de redução do quadro de pessoal, já que o concurso atual expirou. Há ampla necessidade de capacitação.	Necessário implementar um programa de capacitação. Foi efetivada a contratação de bolsistas junto ao Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE, para apoio em algumas atividades.
	1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>		4	4	4	4	NÃO	Como órgão coordenador existe a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, integrante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e como órgão gestor a APAC. Atualmente integra a Secretaria de Planejamento.	Ambas possuem autonomia administrativa, financeira e pessoal.
	1.3	Gestão de Processos		2	2	2	2	NÃO	Necessidade de remodelagem de processo / redesenho institucional.	A APAC, através do Programa de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco - PSH/PE, contratou a empresa MBS Consulting para realização da Análise e Redesenho da Organização e Modelo de Gestão, e Modelagens dos Processos de Trabalho. O estudo foi concluído no 1º semestre de 2017 e está em discussão a atualização da lei da APAC.
	1.4	<u>Arcabouço legal</u>		4	4	4	4	NÃO	A Política Estadual de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei Estadual nº 11.426, de 17 de janeiro de 1997, revisada pela Lei nº 12.984/2005, tendo sido incluídos como instrumento da política, o monitoramento e a fiscalização, além dos planos, outorga, cobrança, SIRH e enquadramento, consoante a Política Federal.	Em processo: águas subterrâneas, implementação da lei de cobrança, enquadramento, regulamentação de outorga de lançamento de efluentes. O Banco Mundial está financiando estudos de cobrança, enquadramento e outorga de lançamento. A proposta de atualização da regulamentação sobre águas subterrâneas está em estudo.
	1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>		4	4	4	4	NÃO	O Conselho foi instituído em 1997 e instalado em 1998. Em 2015 foram criadas 2 CTs: de águas subterrâneas e de assuntos institucionais e legais. Em 2016, foi criada a CT de outorga e cobrança (CTOC).	Estão mantidas as reuniões regulares do CRH, em geral são 3 reuniões anuais, e de suas Câmaras Técnicas.
	1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados		2	3	3	3	NÃO	Existem atualmente 26 Organismos de Bacias, assim distribuídos: 7 Comitês de Bacia Hidrográfica (COBHs) e 19 Conselhos Gestores de 23 Açudes de (CONSUS). Os COBHs estão situados em sua maioria nas bacias litorâneas e os CONSUS nas bacias da região semiárida, notadamente nas bacias do Brígida, Terra Nova e Pajeú. Em 2015 e 2016, foram homologados pelo CRH 11 novos conselhos e capacitados todos os organismos de bacias (COBHs e CONSUS).	Está em andamento uma capacitação dos organismos de bacias. Os organismos participaram dos Encobs. Está em andamento processo de formação do Comitê da Bacia do rio Sirinhaém, que deverá ser concluído em 2018.
	1.7	Agências de Água e Entidades Delegatárias		2	2	3	3	NÃO	Através da Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, o Estado criou a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC que possui em sua estrutura uma gerência específica de apoio aos Organismos de Bacia (GAOB). Não existem Entidades Delegatárias para nenhuma bacia hidrográfica específica do Estado de Pernambuco. No caso do Rio São Francisco existe a Peixe-Vivo.	Há estudo de viabilidade da cobrança em andamento com recursos do Banco Mundial.

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE ENTIDADE ESTADUAL: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017 14 variáveis de atendimento obrigatório

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Peso (%)	Nível mínimo para C	Nível	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação para 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS
	1.8	Comunicação social e difusão		2	2	2	2	NÃO	A APAC possui em sua estrutura uma gerência específica de Articulação e Comunicação (GRAC). As ações de comunicação são voltadas principalmente para suporte das ações da sala de situação devido à natureza do serviço e o interesse da população.	Melhorar a base técnica profissional e o planejamento para as ações. Indicados para focal da Rede Nacional de Comunicadores: Calazans e Gustavo Pestana.
	1.9	<u>Capacitação setorial</u>		2	2	3	3	NÃO	Não existe um plano de capacitação estruturado para a APAC.	A APAC participou do DesenvolveRH e elaborou plano de capacitação para os colegiados. Pontos focais: Maria Helena e Gisele.
	1.10	Articulação com setores usuários e transversais		2	2	2	2	NÃO	Existe articulação do poder público com o setor de usuários, tendo como exemplo a COMPESA, IPA, SARA, ONGS, universidades e municípios. Além disso, existem Grupos de Trabalho inter setoriais para gestão de conflitos em recursos hídricos; negociação de conflitos pelos Colegiados e alocação negociada nos CONSUs (11 reservatórios).	A alocação negociada de água vem sendo feita pela APAC e em parceria, em alguns casos, com a ANA.
<i>Todas as variáveis do bloco I encontram-se atendidas.</i>										
META II.2 - Variáveis de Planejamento	2.1	<u>Balanco hídrico</u>	10	3	3	3	3	NÃO	Existem diagnósticos e/ou planos diretores de recursos hídricos para praticamente todas as bacias hidrográficas do Estado, assim como o Plano Estadual de Recursos Hídricos que contempla estudos de demandas e disponibilidades. Para águas subterrâneas existem estudos que contemplam quase todos os mananciais subterrâneos inseridos no Estado. Estes estudos estão gradativamente sendo atualizados.	Os balanços hídricos dos planos hidroambientais do Una, Pajeú, GL4 e GL5 foram concluídos. Esses planos serão concluídos com recursos do Fehidro em 2018.
	2.2	<u>Divisão hidrográfica</u>		3	3	3	3	NÃO	Para efeito de avaliação de seus recursos hídricos, o Estado foi dividido em 29 unidades de planejamento (UP), sendo 13 correspondentes a bacias hidrográficas importantes (Goiana, Capibaribe, Ipojuca, Sirinhaém, Una, Mundai, Ipanema, Moxotó, Pajeú, Terra Nova, Brígida, Garças e Pontal), e 16 constituídas por grupos de bacias, das quais 6 de pequenos rios litorâneos (GL1 a GL6), 9 de pequenos rios interiores (GII a G19) e uma de pequenos rios que compõem a rede de drenagem do arquipélago de Fernando de Noronha.	Sem atualização.
	2.3	Planejamento estratégico institucional		3	3	3	3	NÃO	Foi concluída a implantação da ferramenta do Planejamento Estratégico, com sistema de acompanhamento e monitoramento das ações.	O Planejamento Estratégico foi elaborado e está sendo monitorado por meio de ferramenta.
	2.4	<u>Plano Estadual de Recursos Hídricos</u>		4	4	4	4	NÃO	O Estado de Pernambuco possui o Plano Estadual de Recursos Hídricos, elaborado em 1998 e irá proceder à sua revisão. Falta apropriação pelos gestores públicos estaduais.	A atualização do Plano Estadual, com recursos do BIRD, está em novo processo de licitação. O PERH deverá ser concluído em 2019.
	2.5	Planos de bacia		2	3	2	3	SIM	Dos 7 comitês de bacia, 2 possuem Planos de Bacia finalizados e atualizados, 2 possuem Planos de Bacia em execução.	Os planos hidroambientais do Una, Pajeú GL4 e GL5 serão finalizados até 2018.
	2.6	Enquadramento		2	NÃO	--	--	--	Foi encaminhado para não objeção do BID a contratação de empresa para enquadramento da bacia do rio Ipojuca. Esta meta não integra o Quadro de Metas do estado.	Dar início ao contrato.

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE ENTIDADE ESTADUAL: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017 14 variáveis de atendimento obrigatório

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Peso (%)	Nível mínimo para C	Nível	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação para 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS
	2.7	Estudos Especiais de Gestão		3	3	3	3	NÃO	Entre outros estudos que se enquadram na descrição é possível destacar o Plano de Aproveitamento da Infraestrutura Hídrica do Semiárido que está em fase de execução: o Estudo Hidrológico do Recife, Olinda, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, denominado HIDROREC II, concluído em 2002, que está sendo atualizado pelos Estudos sobre a Disponibilidade e Vulnerabilidade dos Recursos Hídricos Subterrâneos da Região Metropolitana do Recife; o Estudo Hidrogeológico da bacia sedimentar do Jatobá, concluído em 2010; e os Estudos Hidrogeológicos e Modelagem Numérica para identificação do potencial e exploração dos aquíferos das Bacias Sedimentares de Betânia, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Cedro, em fase de execução e previsão de conclusão final de 2018.	No projeto dos Estudos Hidrogeológicos e Modelagem Numérica para identificação do potencial e exploração dos aquíferos das Bacias Sedimentares de Betânia, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Cedro foram desembolsados 25% do total do contrato. A previsão de conclusão é final de 2018.
	2.8	Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão		3	3	2	2	SIM	Está em andamento com recursos do BID a contratação de empresa para desenvolvimento de um Sistema de Suporte a Decisão de Recursos Hídricos para reduzir a vulnerabilidade do estado às secas e permitir a adaptação às variações e mudanças climáticas.	Foram escolhidas 4 bacias hidrográficas como piloto para iniciar a implantação do sistema que contará com três fases: 1) Desenvolvimento da ferramenta para balanço hídrico; 2) Gestão de reservatórios e métodos de alocação de água e 3) Plataforma para o suporte à decisão. A utilização do sistema ainda é limitada. É possível aplicar os módulos em separado, a interface que irá integrá-los está em desenvolvimento.
<i>Atendimento de 4 variáveis do bloco II.</i>									<b>Em 2017 o estado deve atender um total de 6 variáveis do bloco II.</b>	
	3.1	<u>Base cartográfica</u>		3	3	5	5	NÃO	A Apac possui, em seu quadro permanente, cargos de formação específica para realização de atividades de Geoprocessamento: Analista de Geoprocessamento e Técnico em Cartografia, profissionais alocados na Gerência de Planos e Sistema de Informação de Recursos Hídricos. Quanto à base cartográfica utilizada na gestão, esta é composta por cartas topográficas do mapeamento sistemático oficial na escala 1:100.000, produzidas com base nas cartas peia DSG, IBGE e SUDENE (entre outras fontes), que abrangem todo o território do Estado.	PE Tridimensional em andamento, com 100% dos voos realizados e 90% das cartas. Obtenção de imagens de alta resolução (1:5.000). Imagem no site: <a href="http://www.pe3d.pe.gov.br">www.pe3d.pe.gov.br</a>
	3.2	<u>Cadastros de usuários e infraestrutura</u>		3	4	4	4	NÃO	Estão sendo contratadas duas empresas de consultoria para realização de campanha de cadastro de usuários nas bacias Capibaribe e Ipojuca.	Os contratos estão em andamento.



Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE ENTIDADE ESTADUAL: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017 14 variáveis de atendimento obrigatório

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Peso (%)	Nível mínimo para C	Nível	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação para 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	3.3	<u>Monitoramento hidrometeorológico</u>	10	3	4	4	4	NÃO	A APAC possui uma rede hidrometeorológica composta por: 172 pluviômetros convencionais (Ville de Paris), 26 PCDs meteorológicas com comunicação por satélite, 151 PCDs pluviométrica com comunicação GPRS, uma rede fluviométrica/pluviométrica em parceria com a ANA composta por 26 estações com PCDs, inclusive que compõem o Sistema de Alerta de Cheias (Sala de Situação), uma rede limnométrica em reservatórios composta por 87 estações, das quais 40 também possuem PCDs de nível e chuva. Também existe o planejamento em parceria com a ANA (projeto seca) para a rede de reservatório ser ampliada para 106 estações fluviométricas.	Foram adquiridas 9 novas PCDs hidrológicas que estão sendo instaladas para substituição e ampliação da rede de monitoramento e alerta na bacia do Ipojuca. Está em operação o radar meteorológico para monitoramento, previsão e alerta de eventos extremos.
	3.4	Monitoramento da qualidade de água		3	4	4	4	NÃO	Existe em âmbito estadual atualmente uma rede composta por 54 reservatórios operada pela APAC, e outra rede composta por 84 estações localizadas em rios e operada pela CPRH (órgão ambiental do estado), totalizando 138 estações propostas pelo PNQA. Nos reservatórios são calculados os seguintes Índices: IQA, Toxicidade Aguda, Risco de Salinização e Grau de Poluição/Estado Trófico. Estes dados estão disponíveis no site da APAC e da CPRH, e são fornecidos sistematicamente à ANA no formato solicitado.	Foi assinado contrato do QUALIÁGUA em março de 2017. A rede de monitoramento de qualidade passa a contar com 95 pontos, sendo 54 de reservatórios e 41 de rios.
	3.5	Sistema de informações		3	3	2	2	SIM	Está sendo desenvolvido no âmbito do Contrato nº 010/2014 entre a Secretaria de Infraestrutura e o Consórcio LNEC/COSTA uma base de dados de águas subterrâneas e um sistema de suporte a decisão para avaliar o nível de exploração dos aquíferos em Pernambuco. Existe um Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para desenvolver um sistema de avaliação do balanço hídrico em todo Estado.	Foram escolhidas 4 bacias hidrográficas como piloto para iniciar a implantação do sistema que contará com três fases: 1) Desenvolvimento da ferramenta para balanço hídrico; 2) Gestão de reservatórios e métodos de alocação de água e 3) Plataforma para o suporte à decisão. A utilização do sistema ainda é limitada. É possível aplicar os módulos em separado, a interface que irá integrá-los está em desenvolvimento.

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE ENTIDADE ESTADUAL: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017 14 variáveis de atendimento obrigatório

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Peso (%)	Nível mínimo para C	Nível	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação para 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS
	3.6	Pesquisa, desenvolvimento		3	3	3	3	NÃO	Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com a FACEPE, o qual tem por objeto estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos qualificados nas suas áreas de competência.	Acordo Técnico e Financeiro Apac/ Facepe: Bolsas Complementares (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) 1 - Valor gasto em 2017: R\$ 14.400,00. 2 - Projetos ainda em vigor, como está o andamento: Um projeto de pesquisa de Doutorado em vigor. Projeto: "Monitoramento hidrológico e modelagem de processos em bacias hidrográficas sob diferentes manejos agrícolas", com previsão de conclusão e defesa da tese em julho de 2018. 3 - Datas de término dos projetos: A data de conclusão dos projetos depende do ano em que os estudantes iniciaram a pós-graduação (entre 2012 e 2016), de qual edital da Facepe postularam as bolsas (um por semestre entre 2013 e 2016) e de quando defenderam ou defenderão suas dissertações e teses. Até o momento, apenas um projeto de pesquisa de mestrado foi concluído e defendido em agosto de 2017, estando previsto para este mês a defesa de dois projetos de doutorado e um de mestrado. 4 - Perspectiva para renovação do Acordo de Cooperação (se possível com o valor previsto): Há interesse de ambas as instituições em dar continuidade a esta linha de ação (apoio a projetos de pesquisa de pós- graduação na área de recursos hídricos), estando em andamento as negociações para definição conjunta de plano de trabalho e dos valores a serem aportados para tal no novo convênio de destaque orçamentário. Vale salientar que o valor global aportado no convênio atual para os cinco anos de vigência foi de \$ 431.400,00.
<i>Atendimento de 5 variáveis do bloco III.</i>										

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE ENTIDADE ESTADUAL: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017 14 variáveis de atendimento obrigatório

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Peso (%)	Nível mínimo para C	Nível	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação para 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS
META II.4 - Variáveis Operacionais	4.1	<u>Outorga de direito de uso</u>	20	4	4	4	4	NÃO	A outorga para captação de água está implantada desde 1998. A outorga para lançamento de efluentes está em processo de normalização, com uma empresa sendo contratada para implantação desta modalidade na Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca, embora já seja realizada.	Estudo de outorga de lançamento de efluentes está em elaboração com previsão de conclusão em 2017.
	4.2	<u>Fiscalização</u>		4	5	5	5	NÃO	Essa atividade é executada regularmente, através de campanhas específicas e em atendimento a denúncias pela Gerência de Monitoramento e Fiscalização da APAC e em consonância com a Gerência de Outorga e Cobrança, contando com todos os dispositivos legais necessários (Decreto, Manual, etc.).	Em 2017 foram realizadas 150 vistorias, emitidos 500 autos, sendo 06 intimações, 445 autos de infração com advertência, 46 autos de infração com multa, 02 autos de apreensão de instrumentos e produtos e 01 suspensão de atividades.
	4.3	Cobrança		2	2	2	2	NÃO	Não há cobrança.	Está em elaboração estudo de mecanismo de cobrança através de contrato com o Consórcio GAMA/AGUA e SOLO/QUANTA que avaliará a viabilidade de implantação da cobrança em todo o território de Pernambuco. Foram realizadas 10 consultas públicas e falta uma audiência pública. O estudo tem previsão de conclusão em março de 2018.
	4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão		3	4	4	4	NÃO	O Sistema de Gestão recebe anualmente recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, do BID, do BIRD, do Governo Federal e do Governo do Estado de Pernambuco.	Sem atualização.
	4.5	Infraestrutura hídrica		3	3	3	3	NÃO	A gestão da infraestrutura hídrica do estado é realizada pela Secretaria Executiva de Recursos Hídricos que é integrante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A gestão, manutenção e operação da infraestrutura hídrica e o planejamento/execução de obras são norteados pela Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado. As obras hídricas em andamento no Estado são executadas prioritariamente pela Secretaria Executiva de Recursos Hídricos e pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA.	Sem atualização.
	4.6	<u>Gestão e controle de eventos críticos</u>		3	4	4	4	NÃO	A Sala de Situação foi implantada em 2011 com apoio da ANA e desenvolve suas atividades orientadas pelo seu Manual, que já se encontra desenvolvido e implantado. Tem como objetivo, através dos dados obtidos com a rede de alerta de cheias, de reservatórios e das previsões de eventos pluviométricos extremos, estas últimas realizadas pela Gerência de Meteorologia e Mudanças Climáticas, emitir avisos de previsão de eventos extremos, hidrológicos e meteorológicos.	O Manual da Sala de Situação foi atualizado. Existe também um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a APAC, o CEMADEN, o INMET e a FUNCEME, através do qual existe a comunicação e troca de informações em momentos de crise. Existe uma boa parceria com a Defesa Civil.
	4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos		3	5	5	5	NÃO	Fundo estabelecido e operante (FEHIDRO), porém vem sendo parcialmente contingenciado.	Recursos do FEHIDRO foram integralmente contingenciados no ano de 2017 e continuarão assim em 2018.

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 2017

ESTADO: PE ENTIDADE ESTADUAL: APAC TIPOLOGIA: C ANO 5: 2017 14 variáveis de atendimento obrigatório

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Peso (%)	Nível mínimo para C	Nível	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação para 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS
	4.8	Programas Indutores		3	3	3	3	NÃO	Existe um Projeto Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais/ Programa Produtor de Água na bacia do rio Ipojuca no município de Belo Jardim abrangendo diagnóstico, projeto e implantação. Encontra-se em fase de apresentação e adequação de proposta.	Falta regulamentar a lei do PSA. Será iniciado o contrato de execução do projeto piloto.

Todas as variáveis do bloco IV encontram-se atendidas.

LEGENDA:

<u>Arcabouço legal</u>	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Planos de bacia	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
<u>SIM</u>	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

PERNAMBUCO	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2014	2015	2016	2017
II.1 - Var. Legais, Inst. e de Art. Social	5	6	6	7
II.2 - Variáveis de Planejamento	3	4	5	6
II.3 - Var. de Informação e Suporte	3	3	4	4
II.4 - Variáveis Operacionais	3	4	4	5